

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: INCIDÊNCIAS SOBRE A PRECARIEDADE E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE¹

Maria Vieira Silva

Universidade Federal de Uberlândia – Brasil

Email: mvieirafu@gmail.com

Introdução: As ações privatistas de “braços sociais” das empresas nas escolas públicas têm provocado incidências sobre múltiplas dimensões da dinâmica escolar. Neste trabalho, enfocaremos, especificamente, implicações da privatização nas relações de trabalho dos profissionais da educação em escolas que implementaram o Programa *Jovem do Futuro* do Instituto Unibanco, na rede pública do estado do Pará. Os substratos para o estudo, com predominância qualitativa, foram coletados por meio de trabalhos acadêmicos do banco de Teses e Dissertações da CAPES (BTD); documentos e dados educacionais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Diário Oficial do estado do Pará (DOE PA). O recorte temporal da presente abordagem compreende o período de três anos no contexto paraense, quais sejam: 2011, quando nenhuma escola estava vinculada ao Programa *Jovem do Futuro*; 2017, período avançado da participação das escolas no Programa e 2018, último ano de vigência do Programa. Tendo como referência a empiria e contributos de autores clássicos e contemporâneos, o trabalho identifica dimensões propriamente ideológicas do conceito de responsabilidade social, de forma contígua aos processos de precariedade e intensificação do trabalho dos profissionais que atuam na implementação do Programa.

Desenvolvimento: Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, presenciamos a intensificação de movimentos paralelos de ascensão e fortalecimento de políticas neoliberais substantivadas nas agendas governamentais, de forma orquestrada à reforma do Estado, à reestruturação produtiva e à expressiva expansão de formatos e modalidades de privatização – conforme Adrião (2018); Di Pietro (2013) – consolidadas nas agendas governamentais em distintos contextos, como é o caso da realidade paraense. O “Pacto Pela Educação do Pará”

¹Este trabalho é derivado da pesquisa “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo 2018/11340-0), sob a coordenação geral de Theresa Adrião (Greppe/Unicamp).

foi regulamentado pelo Decreto governamental nº 694, de 1º de abril de 2013, pelo então governador Simão Jatene (PSDB), institucionalizando uma parceria multissetorial composta pela Organização Não Governamental Roda Viva, governos (municipal e federal), organismos internacionais (BID) e setor privado (Instituto Unibanco), sendo que o setor privado assumiu uma participação estrutural neste processo, por meio da participação do Instituto Synergos Brasil na coordenação do Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto Pela Educação do Pará – GPEP.

No que concerne às relações de trabalho, no período em estudo, dados oriundos do Censo Escolar (MEC/INEP) indicaram uma diminuição expressiva de docentes efetivos/estáveis, por meio de concurso público e, concomitantemente, aumento significativo de docentes com contratos temporários, contratos terceirizados e contratos via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Assim, observamos percentuais de variações positivas no período de 2011 a 2013, com aumento de 2%, no que tange ao quadro de docentes efetivos na modalidade “concursado”, no entanto, a tendência decrescente desta modalidade no período de efetivo exercício do Programa no Pará, é notória. Destarte, no período de 2013 a 2017, observamos uma queda de 15% de docentes efetivos na modalidade “concursado”, e, no período que compreende o último ano de vigência do Programa, uma queda de 5%.

Por outro lado, constatamos tendência crescente no que concerne a contratos temporários. Assim, no que tange a esta categoria, no período de 2011 a 2013 houve um aumento de 40%; entre 2013 a 2017 queda de 4% e entre 2017 a 2018, aumento de 59%. No que tange aos contratos terceirizados, ao considerarmos o intervalo de 2011 a 2017, houve uma redução de 100%, passando de 2 em 2011 para 0 (zero) em 2017. No entanto, esta modalidade voltou a crescer em 2018, com um aumento 50% em relação a 2011.

Ao analisarmos o Diário Oficial do Estado do Pará no biênio 2017-2018 (fase mais avançada do PJJ) foram encontrados quarenta itens relacionados ao mencionado Programa e 73 itens concernentes ao Salário Educação. Em 2018 foram localizados 64 (sessenta e quatro) itens referentes ao PJJ e 128 itens referentes ao Salário Educação, mas, os documentos evidenciaram ausência de benefícios para os profissionais da educação em suas atividades laborais. As demandas atribuídas ao professor articulador (Portaria Estadual nº 617/2012), indicam a existência de expressivos excedentes de trabalho decorrentes do desenvolvimento da proposta, quais sejam: [...]“Art. 6º construir um Plano de Trabalho, a partir do Plano de Redesenho Curricular – PRC, e postar no Sistema de Acompanhamento de Projeto Pedagógico (SAPP) alimentando o cronograma de ação bimestral. Art. 6º São atribuições do

Professor Articulador do ProEMI/JF: I – Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias, ações e projetos propostos pelo professor, visando à elaboração e apresentação do Projeto de Redesenho Curricular da escola – PRC, em consonância com o Documento Base do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e do Projeto Político Pedagógico da Escola; II – Promover as articulações possíveis, internas e externas ao contexto da escola, estabelecidas nos projetos/ações contempladas no Projeto de Redesenho Curricular – PRC; III – Participar das reuniões pedagógicas da escola; IV – Acompanhar o planejamento dos professores; V – Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos com o intuito de intervir e evitar reprovação; VI – Monitorar alunos infrequentes e evitar evasão escolar; VII – Coordenar e acompanhar a execução das ações, com foco no currículo da escola, relatando, mensalmente, no (s) sistema (s) oferecido (s) pela Coordenação do Ensino Médio”. Estas diretrizes de trabalho advindas do Instituto Unibanco subsumem o Projeto Político Pedagógico da Escola a uma estrutura burocrática, que se ergue da divisão crescente do trabalho, visando garantir a propalada política de resultados, amortece as conquistas da gestão democrática e reaviva dimensões da administração “profissionalizada”, criticada por Tragtenberg (1971), dentre outros autores.

Além disso, microdados do Censo Escolar (INEP) relativos ao ano de vigência do Programa (2011 e 2018), indicam carência de infra-estrutura (bibliotecas, quadras cobertas, laboratórios, etc) e saneamento básico (água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta periódica de lixo). Assim, as conhecidas desigualdades sociais aprofundam as assimetrias regionais, aspecto visível nas medianas do estado do Pará em relação ao desempenho nacional, no que concerne aos insumos que dão suporte ao funcionamento das escolas; as denominadas parcerias entre o setor público e privado não redundaram em melhorias de infraestrutura para condições de oferta educativa nas escolas da rede estadual do Pará.

Considerações Finais: Olhares longitudinais sobre as dimensões da empresa como organização sociopolítica e os processos objetivos da implementação do *Programa Jovem do Futuro* no estado do Pará nos permitem afirmar que as ações do Instituto Unibanco estão eivadas de ideologias e valores empresariais como a eficácia e a eficiência da “Nova Gestão Pública”. Em termos objetivos, os dados indicam permanências das conhecidas desigualdades sociais, as quais se reverberam também na oferta educacional, sobretudo em estados da federação marcados por assimetrias regionais, como é o caso do estado do Pará. Conforme constatado, dados colhidos no Censo Escolar indicam digressão de alguns insumos

concernentes à infraestrutura física das escolas, evidenciando expressões de precariedade no âmbito das condições da oferta educacional. As ações privatistas na máquina estatal também não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação. Por outro lado, há evidências de intensificação do trabalho dos profissionais da educação que atuam na implementação do Programa, devido ao volume de atividades requeridas. Os paradoxos e superficialidade das ações empresariais para a melhoria da oferta educacional e das condições de trabalho docente são emblemas do cariz ideológico da responsabilidade social e a prevalência de uma intervenção sistematizada, voltada para a proliferação de políticas e práticas educacionais, tendo como referenciais os paradigmas mercantis.

Referências:

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018

DAL ROSSO, S. *Mais Trabalho! a intensidade do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo : Boitempo, 2008. 206 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização e outras Formas*. São Paulo: Atlas, 2013.

INSTITUTO UNIBANCO. *Programa Jovem do Futuro*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/54769097-Relatorio-de-atividades.html>. Acesso em 03-04-2022)

SILVA, M. V.; SOUZA, S.A. . Educação e responsabilidade empresarial: novas modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 30, p. 108-123, 2009.

SILVA, M. V.; DINIZ, Paulo Vinícius Lamana . Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 35, p. 43-59, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. A teoria da geral da administração é uma ideologia? In: *RAE Revista de Administração de Empresas* FGV, Rio de Janeiro, 11(4), p. 7-21, out./dez. 1971.

_____. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: UNESP, 2005.